



**16ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATO SOCIAL**

**MÜLLER MARTINI BRASIL COMÉRCIO
E REPRESENTAÇÕES EIRELI.**

com nova razão social de

**MÜLLER MARTINI BRASIL COMÉRCIO
E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

CNPJ nº. 02.947.632/0001-92

NIRE nº. 35602580918

Pelo presente instrumento particular, **MÜLLER MARTINI HOLDING AG**, sociedade anônima regularmente constituída conforme as leis suíças, com sua sede social em Sonnenbergstrasse 13, Caixa-Postal CH-6052, Hergiswil, Suíça, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.190.014/0001-64, por seus representantes legais, o Sr. **Bruno Müller**, de nacionalidade suíça, casado, engenheiro, nascido em 25/03/1964, residente e domiciliado na Stoeckliackerweg 8, 4800, Zofingen, Suíça e Sr. **Dario Cimirro**, de nacionalidade suíça, casado, auditor, nascido em 16/05/1972, domiciliado na Schwoesterrainstrasse 6, 8714 Feldbach, Suíça, representada no Brasil pelo Sr. **Melchior Frank Trüeb**, nascido em 07 de janeiro de 1951, suíço, casado, consultor de projetos, residente e domiciliado na Rua Gaspar Colaço Vilela, nº 271, Bairro Jardim Consórcio, CEP 04437-150, São Paulo, SP, portador do RNE nº V100138-C e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.796.505-72, conforme Procuração datada de 27/10/2021, devidamente registrada no 08º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o Microfilme nº. 1.530.772, na data de 30/11/2021:

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada "**Müller Martini Brasil Comércio e Representações Eireli**", inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.947.632/0001-92, com Inscrição Estadual nº. 115.362.260.114, com sede à Rua Gomes Freire, 207, Lapa, CEP 05075-010, São Paulo, SP, e com o seu contrato social registrado na JUCESP sob o nº. 35215502816, em sessão de 19/01/1999, e sua última alteração arquivada na JUCESP sob o nº. 52.957/19-6, sessão de 04/02/2019, resolve na melhor forma de direito, por primeiro alterar e em seguida consolidar o Contrato Social da Sociedade nos seguintes termos:

   1

1. Em razão do art. 41 da Lei nº. 14.195, de 28 de agosto de 2021, que extinguiu o modelo de sociedade individual de responsabilidade limitada – Eireli, a Sócia delibera alterar a razão social da Sociedade para **“Müller Martini Brasil Comércio e Representações Ltda.”**.
2. A Sócia delibera ainda alterar o endereço de sua sede da Rua Gomes Freire, 207, Lapa, CEP 05075-010, São Paulo, SP para a Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, nº 137 - Vila São Francisco - São Paulo - SP, CEP 04711-000.
3. Em razão desta alteração, a cláusula 1ª do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

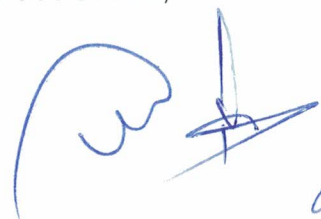
Cláusula 1ª. A sociedade é uma **sociedade limitada unipessoal** e girará sob o nome empresarial **“Müller Martini Brasil Comércio e Representações Ltda.”**. A Sociedade tem sua sede social à Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, nº 137 - Vila São Francisco - São Paulo - SP, CEP 04711-000.

Parágrafo único. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

4. A Sócia delibera alterar a cláusula 6ª que passará a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 6ª. A administração da sociedade será exercida pelo Administrador Geral, sem participação societária, Sr. **Alexandre de Carvalho Luz**, de nacionalidade brasileira, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 20/06/1968, portador da cédula de identidade RG nº. 15.337.207-2, inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.865.278-09, residente e domiciliado na Rua Diego de Castilho, 111, Apto. 102, São Paulo, SP, CEP 05704-070, ao qual caberá:

- a) Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Exercer todos os atos de administração ordinária da Sociedade;
- c) Assinatura de Contratos de Compra e Venda de Equipamentos;
- d) Contratar e demitir empregados;
- e) Abrir contas bancárias em nome da Sociedade;



2

- f) Implantar a estratégia operacional que venha a ser definida pelas sócias;
- g) Designar e nomear, conforme as instruções das sócias, procuradores, auxiliares para administrar os setores de contabilidade, finanças, marketing, vendas, assistência técnica e administrativos; e
- h) Nomear procuradores.

Parágrafo primeiro: Para os atos descritos nos itens c), d) e e) descritos no *caput*, será necessária a assinatura conjunta entre o Administrador e o(a) Gerente Financeiro(a) da Sociedade

Parágrafo segundo. É vedada a prática de qualquer ato de favor em nome da Sociedade, notadamente a prestação de avais, fianças, caução ou qualquer modalidade de garantia, a não ser autorizadas expressamente por escrito pelo representante legal da sócia pessoa jurídica.

Parágrafo terceiro: O administrador geral poderá outorgar procurações, com amplos poderes dentro do seu âmbito de gestão, fazendo-se substituir quando necessário para o andamento dos negócios normais da Sociedade. As procurações outorgadas serão imediatamente comunicadas à sócia.

Parágrafo quarto. O mandato do Administrador Geral é fixado por prazo indeterminado.

Parágrafo quinto. Cabe ao administrador geral, independentemente de consulta à reunião de quotistas, os atos de administração ordinária, necessários à gestão normal da Sociedade.

Parágrafo sexto. O administrador geral está autorizado a usar o nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da sócia, tudo isso conforme os artigos 1.061 e 1.064 do Novo Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo sétimo. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador geral prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo à sócia, os lucros ou perdas apurados, tudo isso conforme o artigo 1.065 do Novo Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.



3

Parágrafo oitavo. A remuneração do administrador geral será estabelecida em concordância com a sócia "**Müller Martini Holding AG**", já qualificada.

Parágrafo nono. O administrador geral não poderá, sem autorização da reunião de quotistas, exercer atividades concorrentes àquelas exercidas pela Sociedade e, tampouco, participar ou prestar serviços a outras Sociedades. Está sujeito, além disso, ao dever de diligência e da lealdade em relação à Sociedade.

5. As demais cláusulas e condições não abrangidas por esta alteração continuam em pleno vigor.
6. Considerando as alterações acima, consolida-se o contrato social que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
MÜLLER MARTINI BRASIL COMÉRCIO
E REPRESENTAÇÕES LTDA.

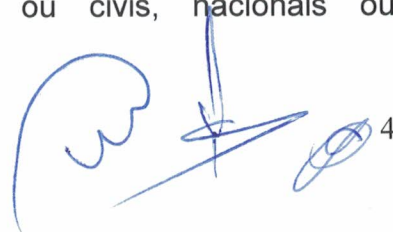
I. DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FILIAL OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 1ª. A sociedade é uma **sociedade limitada unipessoal** e girará sob o nome empresarial "**Müller Martini Brasil Comércio e Representações Ltda.**". A Sociedade tem sua sede social à Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, nº 137 - Vila São Francisco - São Paulo - SP, CEP 04711-000.

Parágrafo único. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Cláusula 2ª. A sociedade tem por objeto social:

- a. Compra e venda, importação e exportação por conta própria ou de terceiros, de matérias primas, componentes, maquinaria, peças, equipamentos e produtos acabados que sejam ou que venham a ser usados em conexão com a indústria gráfica e de máquinas gráficas;
- b. Distribuição, montagem, assistência técnica e consertos de toda e qualquer parte de equipamentos e maquinaria no sentido da cifra supracitada;
- c. Oficina de reparo de máquinas e equipamentos para indústria gráfica;
- d. Centro de treinamento para a América Latina sobre a operacionalização de máquinas e equipamentos da indústria gráfica;
- e. Representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras;
- f. Participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista;



4

- g. Locação de máquinas e equipamentos;
- h. Desenvolvimento de projetos de engenharia do setor gráfico;
- i. Importação e exportação de tecnologia do setor gráfico;
- j. Importação e exportação, em seu próprio nome, ou de terceiros, bem como a prestação de serviços auxiliares ao comércio e a Indústria, no atacado e no varejo, dentro ou fora do território nacional, de todos os produtos ligados ao ramo da indústria gráfica;
- k. Atividades de manutenção e reforma de máquinas usadas; e
- l. Alteração, adaptação e modificação de peças e componentes para a operacionalização de máquinas e equipamentos da indústria gráfica.

Cláusula 3ª. A sociedade deverá vigorar por prazo indeterminado.

II. DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 4ª. O capital social da empresa é de R\$ 25.503.011,00 (vinte e cinco milhões quinhentos e três mil e onze reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, dividido em 25.503.011 (vinte e cinco milhões quinhentas e três mil e onze) quotas de capital no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

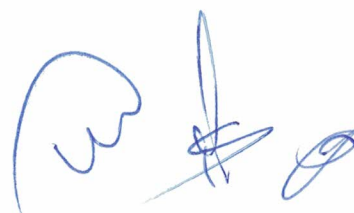
Cláusula 5ª. A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

Parágrafo único. A sócia declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

III. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 6ª. A administração da sociedade será exercida pelo Administrador Geral, sem participação societária, Sr. **Alexandre de Carvalho Luz**, de nacionalidade brasileira, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 20/06/1968, portador da cédula de identidade RG nº. 15.337.207-2, inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.865.278-09, residente e domiciliado na Rua Diego de Castilho, 111, Apto. 102, São Paulo, SP, CEP 05704-070, ao qual caberá:

- a. Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b. Exercer todos os atos de administração ordinária da Sociedade;
- c. Assinatura de Contratos de Compra e Venda de Equipamentos;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Abrir contas bancárias em nome da Sociedade;
- f. Implantar a estratégia operacional que venha a ser definida pelas sócias;



g. Designar e nomear, conforme as instruções das sócias, procuradores, auxiliares para administrar os setores de contabilidade, finanças, marketing, vendas, assistência técnica e administrativos; e

h. Nomear procuradores.

Parágrafo primeiro: Para os atos descritos nos itens c), d) e e) descritos no *caput*, será necessária a assinatura conjunta entre o Administrador e o(a) Gerente Financeiro(a) da Sociedade

Parágrafo segundo. É vedada a prática de qualquer ato de favor em nome da Sociedade, notadamente a prestação de avais, fianças, caução ou qualquer modalidade de garantia, a não ser autorizadas expressamente por escrito pelo representante legal da sócia pessoa jurídica.

Parágrafo terceiro: O administrador geral poderá outorgar procurações, com amplos poderes dentro do seu âmbito de gestão, fazendo-se substituir quando necessário para o andamento dos negócios normais da Sociedade. As procurações outorgadas serão imediatamente comunicadas à sócia.

Parágrafo quarto. O mandato do Administrador Geral é fixado por prazo indeterminado.

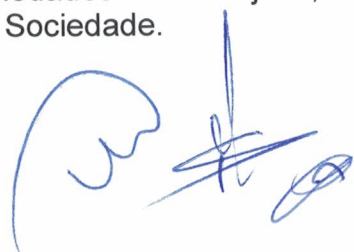
Parágrafo quinto. Cabe ao administrador geral, independentemente de consulta à reunião de quotistas, os atos de administração ordinária, necessários à gestão normal da Sociedade.

Parágrafo sexto. O administrador geral está autorizado a usar o nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da sócia, tudo isso conforme os artigos 1.061 e 1.064 do Novo Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo sétimo. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador geral prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo à sócia, os lucros ou perdas apurados, tudo isso conforme o artigo 1.065 do Novo Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo oitavo. A remuneração do administrador geral será estabelecida em concordância com a sócia "**Müller Martini Holding AG**", já qualificada.

Parágrafo novo. O administrador geral não poderá, sem autorização da reunião de quotistas, exercer atividades concorrentes àquelas exercidas pela Sociedade e, tampouco, participar ou prestar serviços a outras Sociedades. Está sujeito, além disso, ao dever de diligência e da lealdade em relação à Sociedade.



VI. DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU INCAPACIDADE DE SÓCIO

Cláusula 07ª. Falecendo ou interditado o titular da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Eireli se resolva em relação a seu titular.

VII. DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 08ª. - O administrador geral assina o presente instrumento aceitando a sua designação e formalizando a sua posse na administração da Sociedade, e declara, sob a pena da lei, que não está impedido por lei especial, nem condenado ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, tudo isso em conformidade com o artigo 1.011, §01º, do Novo Código Civil, a Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

VIII. DA ARBITRAGEM

Cláusula 09ª. Os casos omissos serão regulados pela Legislação aplicável em vigor. Fica estabelecido pela sócia que qualquer divergência, controvérsia ou litígio que surgir decorrente da interpretação ou execução deste Contrato Social entre a Sociedade e seus sócios, entre os sócios, bem como entre a Sociedade e o seu administrador geral, será resolvido por meio de arbitragem pela "Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo", do Centro de Indústrias da CIESP, sediada na Avenida Paulista, n.º 1313, São Paulo, SP, submetendo-se aos termos de seu regulamento interno, com renúncia expressa de qualquer outro foro mais privilegiado que seja, conforme a Lei n.º 9.307/96.

Estando, assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 06 de dezembro de 2021.




MÜLLER MARTINI HOLDING AG
pp. Melchior Frank Trüb

Ciente:




Alexandre de Carvalho Luz
Administrador Geral

Testemunhas:

1. 

Nome: MARIA CECÍLIA DE ASSIS
RG: 20913.201-2
CPF: 118.990.918-90
Endereço: RUA ENG. MESQUITA
SAMPALHO, 137 - SÃO PAULO-SP

2. 

Nome: TAMIRIS SBROLI NI ANDREZI
RG: 36.192.163-20
CPF: 378.673.948-00
Endereço: AV. BARÃO DE TATUI, 966
SOROCABA SP


Gustavo de Souza Machado
OAB/SP 328.187

